

O desafio amoralista no debate metaético

The amoralist challenge in the metaethical debate

Pedro Ricardo Rodrigues de Oliveira¹ - Universidade Federal de São João Del Rei

Resumo: Acerca do debate meta-ético sobre a conexão entre julgamentos e motivação moral, encontramos posições que tentam oferecer uma resposta sobre o modo de funcionamento da moralidade. As posições internalistas e externalistas, e suas respectivas variações, têm o propósito de explicar, em alguma medida, como a moralidade e a racionalidade podem ou não implicar na motivação e no agir moral. No centro de tal debate, encontramos a figura do amoralista que, apesar de compreender valores morais, não se orienta por eles. Este trabalho teve como objetivo descrever e, em alguma medida, organizar as posições de David O. Brink e Michael Smith, tidos como principais teóricos do internalismo e do externalismo, bem como descrever o chamado desafio amoralista e suas implicações para o debate entre essas duas posições.

Palavras-chave: Amoralismo, Externalismo, Internalismo, Julgamentos morais, Motivação moral.

Abstract: On the meta-ethical debate about the connection between judgments and moral motivation, we find positions that try to offer an answer on how morality works. Internalist and externalist positions with their respective variations have the purpose of explaining, to some extent, how morality and rationality may or may not imply motivation and moral action. At the center of such a debate is the figure of the amoralist who, despite understanding moral values, is not guided by them. The objective of this work was to describe and, to some extent, to organize the positions of David O. Brink and Michael Smith, who are considered to be the leading theorists of internalism and externalism, as well as to describe the so-called amoralist challenge and its implications for the debate between these two positions.

Key-words: Amoralism, Externalism, Internalism, Moral judgments, Moral motivation.

Introdução

O debate acerca da motivação moral possui duas posições opostas que procuram explicar a conexão entre julgamento e motivação moral, a saber, o internalismo e o externalismo. Em linhas gerais, o internalismo pode ser definido como a posição que defende

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei.
pedroricardodeoliveira@hotmail.com

a relação entre motivação e julgamento moral; ou seja, por julgar que x é o correto, fará x . A posição externalista, por sua vez, considera que o julgamento e o fazer moral dependem, principalmente, de fatores psicológicos, dos desejos e das crenças do sujeito.

Em meio a tal debate, nasce o desafio amoralista, descrito como um ataque à posição internalista, uma vez que busca demonstrar fraquezas na relação entre julgamento e motivação moral. O amoralista é, nesse sentido, alguém que mesmo fazendo julgamentos morais, não os segue.

Nosso intuito neste artigo é apresentar a pluralidade de conceitos que emergem no debate sobre motivação moral e amoralismo na meta-ética. Para tanto, descreveremos a posição externalista e a defesa do desafio amoralista de David O. Brink (1989; 1997), assim como a posição internalista e o ataque ao desafio amoralista proposto por Michael Smith (1994).

Faremos uma descrição seguindo a ordem cronológica de publicação dos principais livros dos autores. Começaremos com as definições de internalismo tratadas por Brink, no livro *Moral Realism and the Foundations of Ethics* (1989). Em seguida, descreveremos as posições internalistas apresentadas por Smith em *The Moral Problem* (1994). Além disso, ainda na primeira seção, descreveremos o conceito de externalismo fornecido por Brink (1989).

Posteriormente, descreveremos a defesa de Brink em relação ao desafio amoralista e a função que o mesmo exerce dentro do debate. Em seguida, apresentaremos a réplica internalista de Smith (1994) da analogia das cores. Encerraremos a seção com a tréplica de Brink contida em seu artigo intitulado *Moral Motivation* (1997).

1. O debate em torno do tema do amoralismo na metaética

Teorizações sobre sujeitos não-morais ocorreram ao longo da História da Filosofia: autores como Kant, Platão e Hume já lidavam com tal problemática, ainda que como um mero obstáculo para suas respectivas teorias morais e éticas. Entretanto, o debate sobre o amoralista começa a tomar forma no domínio ético e meta-ético, de fato, no século XX.

Autores como Philippa Foot, David O. Brink, Michael Smith e Richard M. Hare discutiram sobre o problema do sujeito não-moral; discussões voltadas às motivações morais que reformulariam o amoralismo.

Nossa descrição do debate será feita a partir de David Brink, no livro *Moral Realism and the Foundations of Ethics* (1989) e Michael Smith no livro *The Moral Problem* (1994), uma vez que esses são os autores mais citados no debate contemporâneo e, sem dúvida, possuem contribuições fundamentais para o avanço da temática. Tanto Brink quanto Smith utilizam do vocabulário meta-ético (e.g. *moral realism*, *cognitivism*, *noncognitivism*, *expressivism*, *rationalism*, etc.) para designar posições e problemas morais. Curiosamente, o trabalho minucioso desses autores possibilitou uma cristalização das posições internalistas, externalistas e racionalistas de forma que o vocabulário meta-ético, citado acima, não é (ou raramente é) trazido à tona nos debates contemporâneos.

1.1 As definições de Internalismo por David O. Brink

No debate contemporâneo, apesar da cristalização das posições, ainda existe uma variedade de caracterizações das posições internalistas e externalistas. Em *Moral Realism and the Foundations of Ethics* (1989), David O. Brink faz uma defesa da posição realista (*moral realism*) contra seus oponentes: o antirrealista não-cognitivista (*antirealist noncognitivism*). A posição defendida no livro que nos interessa aqui é a do realismo moral externalista (*externalist moral realism*), trabalhada detalhadamente no capítulo três. Logo na primeira seção, *Internalism and Externalism*², o autor já reconhece a multiplicidade de posições e diferenças conceituais internalistas. As posições descritas por Brink (1989) são:

- **Internalismo de motivações**³ (*Internalism about motives*): “[...] considerações morais motivam [o agente a agir]”⁴.

²BRINK, 1989, p. 37.

³Exceto onde indicado, todas as traduções das citações deste texto são de minha autoria.

⁴BRINK, 1989, p. 40.

- **Internalismo de razões**(*Internalism about reasons*): “[...] considerações morais fornecem aos agentes razões para agir”.⁵

A primeira posição, em linhas gerais, é descrita apenas nos termos de motivação. Trata-se de uma “verdade conceitual”, pois o conceito de moralidade em questão considera que as considerações morais geram, necessariamente, motivações para ação. A segunda posição, por sua vez, é a que toma nome de *internalismo racionalista (rationalism)*, e descreve o funcionamento da moralidade em termos de uma relação constitutiva, e também de “verdade conceitual”, entre considerações morais e razões para agir. Essas são as principais posições em torno das quais se dá o debate e comportam diferenciações conceituais (algumas das quais serão apresentadas no capítulo três).

Além de distinguir essas duas formas principais de internalismo, Brink diferencia também outras posições correlatas; são elas:

- **Internalismo baseado no agente**(*Agent Internalism*): Obrigações morais são motivadas pela moralidade. É objetiva: no sentido de estabelecer conexões diretas entre a motivação e o agir moral.⁶
- **Internalismo baseado no avaliador** (*Appraiser Internalism*): É em virtude do conceito de moralidade que a *crença moral* ou o *juízo moral* prevê o avaliador(*appraiser*), com as motivações ou razões para agir. É subjetiva: no sentido relacionar as motivações (ou razões para agir) com crenças ou julgamentos do *avaliador*, independentemente de tais crenças ou julgamentos serem corretos ou justificáveis.⁷
- **Internalismo híbrido** (*Hybrid Internalism*): Alega que há uma verdade conceitual sobre a moralidade, sendo o *reconhecimento de obrigações morais* motivado pelo o agente (a pessoa que reconhece suas obrigações) com razões para agir.⁸

Além de tais caracterizações, Brink apresenta outras duas variações, a saber: internalismo fraco (*Weak Internalism*) e internalismo forte(*Strong Internalism*).Essas

⁵ BRINK, 1989, p. 40.

⁶ Cf. BRINK, 1989, p. 40.

⁷ Cf. BRINK, 1989, p. 40-41.

⁸ Cf. BRINK, 1989, p. 40.

definições servem para caracterizar os dois tipos de internalismo (sobre motivos e sobre razões). O internalismo forte pode ser descrito como uma verdade conceitual com considerações morais que provêm o agente com motivos *suficientes* para agir, valendo-se da razão conclusiva, ubíqua ou suficiente.⁹ Já o internalismo fraco pode ser pensado como “verdade conceitual segundo a qual considerações morais provêm o agente com *alguma* motivação; provêm-no com alguma razão para agir.”¹⁰

1.2 As definições de Internalismo por Michael Smith

Michael Smith, em *The Moral Problem* (1994), desenvolve um racionalismo moral internalista cuja base de funcionamento é a tese de que “fatos morais são como fatos sobre as razões que nós compartilhamos”¹¹. Ele busca defender que moralidade e, assim, julgamentos morais, em sua constituição, possui uma relação internamente entrelaçada com a razão para agir. Smith procura livrar sua tese racionalista de eventuais (e efetivas) críticas, e é nesse sentido que o capítulo três de seu livro se direciona. No capítulo em questão, denominado *Externalist Challenge*¹², o autor também concebe uma grande variedade de posições internalistas e as analisa. O faz, sobretudo, para desenvolver, aprimorar e defender a sua posição internalista. Ele caracteriza três tipos de internalismo, sendo eles:

- Conexão conceitual entre os conceitos de julgamento moral e de vontade; se um agente julga que é certo para ele fazer Φ em circunstâncias C, então ele estará motivado a Φ em C.¹³

Mas, como Smith¹⁴ observa, formulações do tipo “forte” não admitem a possibilidade de existência de casos de fraqueza da vontade, pois pressupõem que, se Φ é certo a se fazer na circunstância C, o sujeito deve necessariamente ser movido a Φ em C. Abandonando a visão mais acentuada de internalismo, o autor descreve uma segunda posição:

⁹ Cf. BRINK, 1989, p. 41.

¹⁰ BRINK, 1989, p. 41.

¹¹ Cf. SMITH, 1994, p. 14.

¹² SMITH, 1994, p. 60.

¹³ SMITH, 1994, p. 61.

¹⁴ Cf. SMITH, 1994, p. 61.

- Se um agente julga que ele está certo em Φ em circunstâncias C, ou ele é motivado a Φ em C ou ele é praticamente irracional.¹⁵

Em outras palavras, essa posição implica que, excetuando-se problemáticas como a fraqueza da vontade, a conexão entre motivação para agir e ação dá-se em termos racionais. Esse tipo de internalismo, como já visto, está relacionado com a posição “racionalista”. Smith ainda observa a existência de um terceiro tipo: o internalismo que defende não propriamente uma conexão conceitual entre o julgamento moral e a motivação moral, mas uma conexão circunstancial entre o conteúdo do julgamento moral e a razão para agir¹⁶. Em sua forma máxima:

- Se é certo para um agente fazer Φ em circunstância C, então existe uma razão para esse agente fazer Φ em C.¹⁷

No terceiro tipo de internalismo, Smith lança mão do conceito de fatos morais. Tal conceito estabelece que se o fato moral motivador existe (i.e. se existe algo objetivo que é capaz de ser visto como motivador necessário para a própria existência da ação moral), o sujeito deverá, necessariamente, agir conforme a moralidade pede ou, como na posição internalista de Smith, será visto como irracional. Para o autor, “[...] fatos morais são fatos sobre nossas razões para agir; eles são em si mesmo simplesmente requerimentos de racionalidade ou razão.”¹⁸

Em suma, temos quatro tipos de caracterizações internalistas tratadas recorrentemente nas investigações de ambos autores, sendo elas:

- Internalismo forte (de motivação): Se julgo que Φ em circunstância X é certo, serei necessariamente motivado à Φ em circunstância X.
- Internalismo fraco (de motivação): Se julgo que Φ em circunstância X é certo, tenho *alguma* motivação para Φ em circunstância X.

¹⁵ SMITH, 1994, p. 61.

¹⁶ Cf. SMITH, 1994, p. 61.

¹⁷ SMITH, 1994, p. 61.

¹⁸ SMITH, 1994, p. 62.

- Internalismo forte (de razões): Se julgo que Φ em circunstância X é certo, tenho razões conclusivas para Φ em circunstância X, caso contrário sofro de irracionalidade.
- Internalismo fraco (de razões): Se julgo que Φ em circunstância X é certo, tenho *alguma* razão para Φ em circunstância X.

1.3 A definição de Externalismo

A posição externalista é desenvolvida para além das conexões conceituais necessárias e/ou *a priori* entre julgamentos morais e motivação para ação, no sentido de que se trata de uma conexão contingencial ou externa. Conforme Brink, o externalismo, é uma espécie de antítese do internalismo, visto que a força motivacional da moralidade dependeria de fatores externos às considerações morais, e não internos, como internalistas defendem.¹⁹ Nesse sentido, para alguém ser um externalista, deveria fazer três alegações contra os internalistas, sendo a primeira que “considerações morais apenas motivam contingencialmente”²⁰. A segunda negação é a de que o poder motivacional da moralidade pode apenas ser conhecido *a posteriori*. A terceira e última considera a força motivacional da moralidade dependente de outros fatores que não o conceito de moralidade, tais como teorias sobre ação (razões para agir) e sobre os interesses e desejos de agentes factuais.²¹

Brink descreve uma sutil distinção entre dois tipos de variações nas posições externalistas, tais como o externalismo de motivação e o externalismo racionalista²². Connie S. Rosati, no texto *Moral Motivation* caracteriza, por exemplo, o externalismo de motivação da seguinte forma:

[...] qualquer ligação que exista entre o juízo moral e a motivação é puramente contingente, embora possa vir a basear-se em características profundas da natureza humana. A motivação moral ocorre quando um julgamento moral combina-se com um desejo, e o conteúdo do julgamento está relacionado ao conteúdo do desejo, de modo a racionalizar a ação. (ROSATI, 2016).

¹⁹ Cf. BRINK, 1989, p. 42.

²⁰ Cf. BRINK, 1989, p. 42.

²¹ Cf. BRINK, 1989, p. 42.

²² Phillipa Foot, por exemplo, desenvolve uma posição externalista racionalista no texto *Morality as a System of Hypothetical Imperatives* (1972), que se difere de Brink. Sua posição é mais pretensiosa, no sentido de que sua investigação visa demonstrar que a constituição da moralidade não está pressuposta em imperativos categóricos kantianos e procura, por exemplo, equivaler a moralidade com normas de etiqueta.

A definição da posição externalista pode, entretanto, ser mais branda e cristalizada na afirmação que ‘a conexão entre julgamento moral e motivação é contingente’, já que se trata de uma antítese internalista. Brink, defendendo o externalismo, procura demonstrar que os tipos de internalismo (i.e. baseado no agente, no avaliador e o híbrido) não possuem argumentos plausíveis sobre o funcionamento da moralidade ou não lidam com o problema do amoralista de forma séria.²³

O internalismo baseado no agente, nesse contexto, privaria as teorias morais da influência dos julgamentos (ou ações) por desejos dos agentes.²⁴ Já o internalismo baseado no avaliador e o híbrido nos impedem o reconhecimento do amoralista e, por conseguinte, de levar o desafio amoralista a sério²⁵. Esses dois últimos tipos de internalismo impossibilitam a concepção conceitual da existência do amoralista; isso porque o funcionamento da moralidade requer a motivação moral, ou seja, o julgamento moral está atado, conceitualmente, à motivação ou prática do ato moral. Levando em conta tais empecilhos, Brink considera o externalismo mais conveniente, observando que o mesmo:

(...) fornece uma abordagem da conexão entre moralidade e motivação mais plausível; ele faz com que a força motivacional das considerações morais seja uma questão de um fato psicológico contingente, dependente das crenças e desejos que o agente apresenta. **Primeiro**, por que [o externalismo] não faz da força motivacional das obrigações morais uma característica conceitual da moralidade, o externalismo não mantém o escopo e o rigor das obrigações morais reféns dos desejos reais das pessoas (como faz o internalismo de agente). **Segundo**, o externalismo também torna a força motivacional do julgamento moral e a crença moral uma questão de fatos psicológicos contingentes, dependentes de ambos: da visão moral das pessoas e de suas atitudes e desejos. (BRINK, 1989, p. 49, grifo nosso).

2.12. O desafio amoralista

A posição externalista, por ser a negação do internalismo, precisa de um argumento forte para lidar com a afirmação de que julgamentos motivam o agir moral. Desse modo, um externalista como Brink busca aprimorar e defender o desafio amoralista. Trata-se de um

²³ Cf. BRINK, 1989, p. 49.

²⁴ Cf. BRINK, 1989, p. 49.

²⁵ Cf. BRINK, 1989, p. 49.

desafio chave para o debate, dado que a própria defesa do internalismo, para ser feita de forma adequada e refinada, precisa responder à possibilidade de existência de um sujeito indiferente à moralidade. O amoralismo serve como uma experiência de pensamento para demonstrar as fraquezas no argumento internalista e a força do argumento externalista. Descreveremos, de tal forma, as abordagens do desafio amoralista, sendo elas: a defesa do amoralismo por Brink; a réplica, e ataque, ao desafio amoralista feita por Smith; a tréplica e desenvolvimento do desafio feita por Brink.

2.1 A defesa do desafio amoralista

O caso do amoralista é uma experiência de pensamento que tem em seu cerne a seguinte pergunta: “por que deveríamos agir moralmente?”. É um desafio para o internalismo responder tal questionamento (e tal personagem), posto que a constituição do internalismo clássico, como já vimos, tem como pressuposto a conexão conceitual de moralidade e motivação (i.e. é uma característica da moralidade que ao fazermos julgamentos morais, ou reconhecermos a validade de julgamentos morais, seremos motivados, em alguma medida, a agir). O debate em torno dessa questão é justamente entre internalistas e externalistas; quem consegue lidar com o problema da motivação moral e responder à possibilidade de existência de um sujeito apático à moralidade.

Brink, como externalista, faz uso do desafio amoralista para demonstrar a implausibilidade do argumento internalista ou, ao menos, para evidenciar que sua posição é preferível a de seus opositores. Para Brink, a afirmação dos internalistas que “todas as pessoas são motivadas moralmente” perde a força por ignorar casos que, apesar de raros, existem no mundo (e.g. sociopatas)²⁶. Desse modo, o amoralista é um cético da seguinte forma:

Muito do ceticismo moral é ceticismo sobre a objetividade da moralidade, isto é, ceticismo sobre fatos morais ou sobre a possibilidade do conhecimento moral. Mas existe outra tradição de ceticismo que aceita a existência de fatos morais, admite que temos conhecimento moral (*moral knowledge*), mas que se pergunta por que deveríamos nos preocupar com estes fatos (morais). Chamemos tal forma de ceticismo de *ceticismo amoralista*. Os amoralistas são um modo tradicional de se representar essa segunda forma de ceticismo; **o amoralista é alguém que reconhece a existência de considerações morais, mas se mantém imóvel diante delas.** (BRINK, 1989, p. 46, grifo nosso).

²⁶ Cf. BRINK, 1989, p. 46.

O autor afirma que a constituição conceitual dos internalistas de tipo baseado no avaliador impossibilita a concepção de um sujeito que responda à formulação de um julgamento moral permanecendo imóvel. O internalismo baseado no avaliador considera “pessoas que se mantêm imóveis a considerações que são apenas *convencionalmente tratadas* como morais”²⁷; nesse caso, é possível se manter imóvel a considerações morais alheias, mas impossível sob considerações morais genuínas do sujeito. O híbrido, por sua vez, “pode permitir a conceitabilidade do [...] amoralista, mas insistiria que o amoralista está necessariamente enganado em acreditar que a moralidade requer a ação para qual ele sinceramente professa sua indiferença”²⁸.

Brink parte para a análise de um argumento de Hare²⁹ que tem uso recorrente contra o amoralismo, trata-se do argumento *entre aspas*³⁰ (*inverted commas*):

A réplica internalista padrão é a de que nós podemos conceber o amoralista, mas isso só é possível porque nós confundimos os sentidos morais dos termos e os sentidos “*entre aspas*” desses mesmos termos. Nós usamos termos que têm um sentido moral (e.g. ‘bom’, ‘mau’, ‘certo’, ‘errado’) de forma não-moral, empregamos num sentido “*entre aspas*”, não para expressar nossas próprias visões morais, mas para transmitir a visão moral de outros com quem nós não concordamos. O internalista confia na possibilidade de usar linguagem moral [no modo] “*entre aspas*” e responde que pessoas podem ser impassíveis sobre coisas diante de considerações que são apenas *convencionalmente encaradas* como morais, mas insiste que um amoralista genuíno é inconcebível. (BRINK, 1989, p. 46).

Em outras palavras, Brink está expressando que o argumento do *entre aspas*, comportado no caso do internalismo baseado no avaliador, não encara o problema do amoralista em sua plenitude. Embora tenha domínio da linguagem moral (i.e. sabe o significado dos termos morais e os emprega corretamente), o amoralista permanece indiferente às considerações morais. Neste caso, se levarmos o argumento acima a cabo, a própria experiência de pensamento perde força, uma vez que sua construção conceitual não é

²⁷ Cf. BRINK, 1989, p. 46.

²⁸ Cf. BRINK, 1989, p. 47.

²⁹ HARE, *The language of morals*, 1952.

³⁰ Faremos, daqui em diante, o uso da expressão ‘*entre aspas*’ em itálico para evitar confusões linguísticas.

considerada na formulação de uma resposta. Falta ao internalismo, nesse sentido, tomar o desafio amoralista como um desafio sério. Brink afirma:

O problema do internalismo é que ele não leva o desafio amoralista suficientemente a sério. O ceticismo amoralista é uma forma de ceticismo filosófico familiar e popular. A reflexão sobre o caráter rigoroso de muitas exigências morais pode nos fazer considerar se temos, de fato, boas razões para sermos morais. Podemos até nos perguntar se temos boas razões para vir a ser amoralistas. Tudo isso parece implicar que o amoralista é uma figura inteligível.[...] É abertamente obscuro por que razão nós devemos admitir que a pessoa que professa sua indiferença, em relação àquilo que ela insiste considerar como exigência moral, está de maneira confusa usando a linguagem moral no modo *entre aspas* ou que ela está enganada sobre o que a moralidade demanda. (BRINK, p. 47-48).

Para demonstrar a coerência do próprio pensamento (e assim demonstrar, em tese, sua plausibilidade), Brink³¹ analisa as caracterizações que um internalista poderia fazer sobre o amoralista:

- Amoralista fraco (*Weak amoralist*): nega que agentes tenham razões suficientes para serem morais. [...] é *insuficientemente* motivado a fazer o que reconhece como moralmente demandado;³²
- Amoralista forte (*Strong amoralist*): nega que agentes tenham quaisquer razões para serem morais. [...] é *completamente indiferente* em relação ao que ele reconhece como moralmente demandado.³³

O amoralista fraco, na visão de Brink, é, em alguma medida, compatível com o internalismo fraco, já que o segundo admite a não suficiência motivacional nos julgamentos morais. O amoralista forte, por sua vez, é incompatível com qualquer tipo de internalismo, pois vai contra a própria possibilidade de existência de motivações. O defeito do internalismo é justamente a negação do amoralista, quando, para Brink, essa possibilidade, ainda que fictícia, é certamente concebível.³⁴

Brink, portanto, assume a sua posição originária, o externalismo, é capaz de lidar com o sujeito amoral e o próprio desafio amoralista de forma séria. Isso se dá pela forma

³¹Brink, no artigo *Moral Motivation* (1997), provê mais duas definições sobre o amoralista, são elas: o amoralista sem princípios (*unprincipled amoralist*) e o amoralista com princípios (*principled amoralist*). Essas definições serão analisadas na seção 2.2 em função do tipo de descrição cronológica aqui adotado.

³² Cf. BRINK, 1989, p. 48.

³³ Cf. BRINK, 1989, p. 48.

³⁴ Cf. BRINK, 1989, p. 48-49.

como o externalismo está conceitualizado. O externalismo, enquanto oposto ao internalismo, é capaz de abrir espaço no debate de investigações sobre o amoralismo, podendo até mesmo postular a existência do amoralista como sujeito irracional. A esse respeito, o autor pontua:

[...] o externalismo não tenta encontrar a força motivacional nas considerações morais em si, reconhece que nós podemos imaginar alguém que reconhece considerações morais e se mantém impassível diante delas. Mas o fato de o externalismo sobre motivações nos permitir conceber o amoralista não torna o desafio amoralista incontroverso. Não há nada em relação ao externalismo sobre motivações que nos impeça de mostrar que o amoralista é irracional por não se importar com considerações morais. Se o amoralista é irracional ou não isso é algo que depende da racionalidade das considerações morais, não na força motivacional delas. (BRINK, 1989, p.49-50).

Smith, por sua vez, admite a possibilidade de casos de fraqueza da vontade, tornando sua posição um internalismo fraco, como já vimos. O autor concorda com o posicionamento de Brink ao considerar que o desafio amoralista não é levado a sério com o argumento do *entre aspas* em sua formulação original³⁵. Acredita, entretanto, que tal argumento está na direção correta. A sua resposta para o desafio amoralista, nesse sentido, é um desenvolvimento do argumento do *entre aspas* em uma experiência de pensamento sobre as cores que procura demonstrar a impossibilidade de existência de um sujeito que faça julgamentos morais e permaneça indiferente em relação aos mesmos.

2.2 Resposta ao Desafio Amoralista: a analogia das cores

Na seção 3.4 do *The Moral Problem*, intitulada de *Resposta à Reply to Brink's claim that amoralists really make moral judgments*³⁶, Smith afirma: “o melhor que podemos dizer sobre amoralistas é que eles tentam fazer julgamentos morais mas falham”³⁷. Nesse caso, o amoralista seria um sujeito que possui uma limitação na capacidade de ser motivado. Trata-se de uma limitação motivacional, pois esse sujeito falha em fazer julgamentos morais e, por isso, não é motivado a agir correspondentemente; se não falhasse, seria motivado.

³⁵ Cf. SMITH, 1994, p. 67-68.

³⁶ SMITH, 1994, p. 68.

³⁷ Cf. SMITH, p. 68.

Smith, para desenvolver uma resposta contra as afirmações de Brink, apresenta a seguinte analogia com o debate acerca do domínio das cores:

Está claro, espero eu, que a estrutura deste debate sobre as condições para o domínio dos termos das cores é, em aspectos cruciais, idêntica à estrutura do debate no qual estamos envolvidos juntamente com Brink. Um dos lados diz que um sujeito tem domínio dos termos de cores (termos morais), e assim faz realmente julgamentos de cor (julgamentos morais), apenas se, sob certas condições, ter o estado psicológico que expressamos quando fazemos julgamentos de cor (julgamentos morais) implicar também ter uma experiência visual apropriada (motivação). O outro lado nega esta afirmação defendendo, ao invés disso, que a capacidade de usar um termo cujo emprego é explicado de forma confiável pelas propriedades relevantes dos objetos é suficiente para lhe atribuir o domínio dos termos de cores (termos morais), bem como, a capacidade de realmente fazer julgamentos sobre cores (julgamentos morais). Ter a experiência visual apropriada (motivação) em condições apropriadas é um extra inteiramente contingente e opcional. (SMITH, 1994, p. 69-70).

Essa é uma analogia interessante para o debate sobre a existência (ou não) do amoralista. Ao comparar o debate do domínio moral (entre internalistas e externalistas) com o do domínio das cores, Smith é capaz de estabelecer uma objeção ao desafio amoralista que o leva a sério e ainda fortalece o argumento do *entre aspas*. O autor diz:

Imagine alguém levantando a objeção de que aqueles que dizem que a capacidade de ter certas experiências visuais é parcialmente constitutiva do domínio dos termos das cores não levam suficientemente "a sério" o desafio colocado pelas pessoas que podem dizer, de forma confiável, "a grama é verde", "os carros de bombeiro são vermelhos", e assim por diante, sendo, contudo, completamente cegas. Suponha que o objetor insista que, dado que os cegos, desse modo, podem usar os termos das cores de forma confiável, disso se segue apenas que eles têm total domínio dos termos das cores. A objeção seria boa? Penso que não. Pois a objeção simplesmente assume a conclusão em favor da qual se deveria argumentar. Assume que as pessoas cegas têm domínio dos termos das cores; algo que aqueles que pensam que o domínio requer a capacidade de ter as experiências visuais apropriadas sob as condições apropriadas negam. (SMITH, 1994, p. 70).

O argumento de Smith é forte e parece demonstrar uma falha no desafio amoralista. Trata-se de um argumento que, por analogia, transforma o amoralista em um "cego moral", ou seja, o transforma em alguém que nunca teve a experiência da moralidade (i.e. de ser movido por julgamentos morais a agir de forma x e não y); não se poderia dizer, nesse cenário, que julgamentos morais feitos pelo amoralista sejam "reais". É capciosa a resposta de Smith, uma vez que é uma segunda via do argumento de *entre aspas*. Conforme declara, o uso da linguagem moral feito por amoralistas está relacionado não com o domínio dos termos, mas com o uso perante o "convencionalmente estabelecido". Para Smith, o desafio amoralista de Brink é imperfeito por estabelecer uma interpretação errônea sobre a evidência do domínio dos

termos morais, retirando seu suposto uso confiável; Brink ainda assume (erroneamente) que o domínio dos termos morais não cria necessariamente uma conexão entre julgamentos e motivações³⁸.

A resposta de Brink sobre a analogia das cores é encontrada no artigo *Moral Motivation* (1997)³⁹, na seção VI. *Smith's Antiexternalism*, e é dividida em três argumentos. O primeiro apresenta uma dúvida sobre a conexão entre a posse dos termos das cores e a experiência visual e a formulação de Smith, que privilegia o argumento do *entre aspas*. Brink pensa no seguinte caso:

[Imaginemos que] eu seja cego, desde o nascimento, de modo que me faltam experiências visuais associadas a objetos coloridos. Mas eu posso ter aprendido, presumivelmente com pessoas com visão, um bocado sobre cores – por exemplo, sobre as relações entre as cores primárias e secundárias, sobre cores quentes e frias, sobre como as cores dos objetos sobrevêm às propriedades de refração da luz, e sobre as cores que os objetos no meu ambiente têm. Apesar de claramente não ter informações sensoriais sobre cores como as têm pessoas com visão, isso não me impede de empregar termos das cores de forma significativa; tal como quando eu peço ao meu filho (com visão) para organizar os objetos na mesa entre aqueles que são azuis e aqueles que não o são ou quando afirmo que minha maçã Gala é mais vermelha que sua maçã-verde (Granny Smith). (BRINK, 1997, p. 23-24).

Brink ainda afirma que o uso de termos das cores pode denotar uma relação parasitária do sujeito com a comunidade (intelectual e linguística). Entretanto, isso não implicaria que o uso de tais termos está sendo feito *entre aspas*; isto é, quando o sujeito faz um pedido ao filho, não ocorre um rearranjo de objetos que garanta uma certa experiência visual, mas sim um pedido de rearranjo de objetos *de fato* azuis.⁴⁰

O segundo argumento de Brink, por sua vez, pensa no exemplo do cego não como cego de nascença, mas como alguém que desenvolveu cegueira com a velhice. Brink diz:

Parece difícil negar que a pessoa tem conceitos de cor ou insistir que ela é incapaz de expressar julgamentos de cor usando termos de cor, pois agora ela não tem experiência visual necessária se a cegueira é um desenvolvimento recente, como pode ser para uma pessoa idosa. (BRINK, 1997, p. 24).

³⁸ Cf. SMITH, 1994, p. 70.

³⁹ Este artigo traz consigo uma resposta não só à analogia, mas também um diálogo sobre as teorizações sobre motivação moral dispostas no livro de Smith (*The Moral Problem*, 1994). Discutiremos nesta seção apenas sua contra-resposta para a analogia das cores e, tendo em vista a riqueza investigativa comportada no texto, dedicaremos a próxima seção (2.2) a descrição do mesmo.

⁴⁰ Cf. BRINK, 1997, p. 24.

Nesse sentido, não há a necessidade (para o desafio amoralista) que o sujeito amoral tenha tal condição de forma congênita. Tornar-se amoral cria uma maior plausibilidade para o próprio desafio.

O terceiro argumento de Brink busca um contraexemplo com base no caso de daltônicos e é chamado de amoralismo seletivo (*selectiveamoralism*). No caso de daltonismo ou de pessoas com algum tipo de cegueira, a experiência deficiente é seletiva, sendo mais difícil saber se essa deficiência é uma barreira de impedimento para julgamentos sobre cores⁴¹. Brink afirma que:

Se há algo que me impede de ver a cor deste objeto, mas outros me asseguram que ele é azul e eu tive experiência visual de outras coisas azuis, então parece natural interpretar minha frase "Este objeto é azul" como uma expressão de um julgamento de cor da minha parte. A indiferença do amoralista pode ser igualmente seletiva. (BRINK, 1997, p. 25)

Desse modo, o amoralista seletivo pode ser pensado como uma forma de demonstrar que Smith não provê uma resposta final à possibilidade do amoral, pois o argumento ainda faz uma conexão entre termos (julgamentos morais) e julgamento de cores (motivação moral). Brink não se limita apenas a responder a analogia das cores, vai além e questiona a sua própria função argumentativa:

Admitamos, pelo bem do argumento, que certos tipos de experiências visuais são, em parte, constitutivas da posse de conceitos de cor e da capacidade de fazer julgamentos de cor. **Como é que isto ajuda a mostrar que a motivação é em parte constitutiva da posse de conceitos morais e da capacidade de fazer julgamentos morais?** Experiência visual não é motivação. (BRINK, 1997, p. 25, grifos nossos).

A questão da conexão entre motivação e julgamentos morais, para Brink, ainda permanece aberta. Aquilo que Smith considera negativo não é, para Brink um ponto positivo nem para o internalismo nem para o externalismo: “isto não ajuda o internalismo nem fere o externalismo.”⁴²

⁴¹ Cf. BRINK, 1997, p. 24-25.

⁴² BRINK, 1997, p. 26.

2.2 A revisão de Brink.

Brink escreve um artigo-resposta⁴³ em diálogo direto com o texto de Smith (*The Moral Problem*, 1994). Nesse artigo, Brink tece elogios à investigação de Smith, mas discorda de sua resposta ao problema da motivação moral. É nesse cenário que Brink traz novas formulações do amoralismo e apresenta casos para defender tanto a experiência de pensamento, quanto sua posição externalista.

Brink aponta para casos reais de sujeitos que, assim como descritos por Smith, quando fazem julgamentos morais, não são motivados a agir de determinada forma. Para além dos casos de fraqueza da vontade, também temos os casos de depressão, apatia, dano cerebral. Para Brink, julgamentos morais podem ser motivados, mas sua posição é a de que não há uma conexão entre motivação e julgamento: “as vezes é o caso que, apesar de eu julgar que X é melhor que Y, quando chega a hora de agir eu escolho Y.”⁴⁴

De acordo com Brink, os amoralistas sem princípios (*unprincipledamoralism*) são descritos da seguinte forma:

- É sem princípios, não no sentido de que é aleatório ou que falta explicação psicológica, mas no sentido de que se deve à interferência psicológica no processo normal pelo qual os resultados da deliberação prática afetam o conjunto motivacional de um agente; a indiferença não reflete os princípios que o agente aceita.⁴⁵

O autor introduz ainda outro tipo de amoralismo: o *amoralista de princípios* (*principledamoralist*). Sobre esse tipo de amoralista, Brink destaca ser um sujeito indiferente ao que se julga moral, concebido a partir de uma concepção de moralidade e razão prática que inviabiliza a relação entre requerimentos morais e autoridade racional.⁴⁶

Dessa forma, a diferença entre amoralismo de princípios e amoralismo sem princípios está na existência ou não de interferências psicológicas que afetam a capacidade do sujeito de

⁴³ Como já enunciado nas notas de rodapé 29 e 37.

⁴⁴ BRINK, 1997, p. 17.

⁴⁵ BRINK, 1997, p. 18.

⁴⁶ Cf. BRINK, 1997, p. 18.

ser motivado. Evidências empíricas (Brink cita o caso de Phineas Gage⁴⁷) apontam para a existência do amoralista sem princípios que pode ser compatível com o internalismo fraco, isto é, o *sem* princípios. O tipo de compatibilidade disposto é, aparentemente, por não considerar essa forma de amoralismo como um ponto fora da curva argumentativa, uma vez que tais amoralistas não são motivados moralmente pelo fato de sofrerem interferências psicológicas ou físicas.

Brink também está envolvido, no artigo em questão, com uma discussão com o antirracionalista (*antirationalist*). Brink afirma que a posição antirracionalista vê a moralidade e a racionalidade como dois tipos diferentes e separados de pontos de vista⁴⁸. A posição do antirracionalista, em linhas gerais, pode ser descrita como um solapar da racionalidade, isto é, como uma visão que considera o amoralista não conectado com a irracionalidade.

Um ponto de discórdia entre Smith e Brink diz respeito à concepção de requerimentos morais como predicados na hipótese da autoridade racional. Para este, Smith trata dos pressupostos como verdades conceituais, quando, na realidade, são derrotáveis e necessitam de uma defesa substantiva⁴⁹. Mas, o que é a autoridade racional? Trata-se de um constituinte da posição racionalista, já que defende a existência de uma conexão entre racionalidade e moralidade.

O uso da análise antirracionalista é justificado, pois Brink procura mostrar que modos de ação não são *pro tanto* irracionais, considerando a posição externalista mais plausível⁵⁰. O autor afirma, nesse sentido, que a questão da autoridade racional está em aberto:

Eu não vejo razões para negar a possibilidade do amoralista de princípios. Se a autoridade racional da moralidade é uma questão em aberto, então é possível fazer julgamentos morais sem ser motivado a agir. Se é o caso, então o amoralista (de princípios) é concebível, mesmo que sua indiferença possa ser demonstrada com base em concepções equivocadas de moralidade, racionalidade ou outras questões auxiliares. (BRINK, 1997, p. 21).

⁴⁷O caso de Phineas Gage é um marco que possibilitou avanços no campo da neurologia. Gage teve uma barra de ferro enfiada em sua cabeça em um acidente de trabalho. Sobreviveu ao acidente e se recuperou fisicamente do mesmo (mantendo sua capacidade locomotora, de fala e cognitiva). Entretanto, houve uma mudança na personalidade de Gage, ele, antes educado e cordial, passou a agir de forma arrogante e mal educada. Sua personalidade mudou ao ponto de seus amigos dizerem que “Gage não foi mais Gage” depois do acidente. Cf. BRINK, 1997, p. 17.

⁴⁸ Cf. BRINK, 1997, p. 32.

⁴⁹ Cf. BRINK, 1997, p.30.

⁵⁰ Cf. BRINK, 1997, p.21.

Brink procura expandir o debate entre internalistas e externalistas, introduzindo um tipo diferente de amoralista que serve como um contraexemplo à posição internalista e mostra sua preferência pela posição externalista.

2.3 Considerações Finais

A posição internalista procura responder ao problema da motivação moral com uma conexão interna entre julgamentos morais e motivação, ou seja, a posição afirma que na constituição do julgamento moral há uma relação *a priori* ou conceitual com a motivação. Trata-se de uma afirmação forte sobre o funcionamento da moralidade.

O externalismo, por sua vez, concebido como posição de negação da tese internalista, procura prover respostas ao problema da motivação moral sem apelar para conexões conceituais, mas, sim, para uma relação contingencial entre julgamento e motivação moral. No centro de tal debate metaético, encontramos o desafio amoralista. Um desafio que se presta ao serviço argumentativo como experiência de pensamento com o intuito de descreditar a posição internalista de uma resposta final.

Descrevemos aqui a posição de Michael Smith, uma vez que sua influência ecoa no debate e seu texto se encontra no centro das citações em artigos e trabalhos contemporâneos. O diálogo direto entre Smith, Brink e Foot possibilitou uma revisão de posicionamentos e contribuiu positivamente para o desenvolvimento do debate em si. David O. Brink desempenhou papel fundamental para o avanço da temática do externalismo e principalmente para o desafio amoralista. Sua retomada, defesa e desenvolvimento teórico do desafio trouxeram melhorias conceituais e possibilitaram também o progresso do mesmo.

A construção conceitual do debate e sua pluralidade de posições somam para o desenvolvimento do mesmo; ainda que penosas para um leitor não introduzido, tais distinções servem como possibilidades argumentativas. O debate contemporâneo não é diferente nesse ponto, existindo, de fato, uma variedade conceitual. No entanto, o trabalho de Smith e Brink servem como um firme alicerce a ser sempre revisitado.

Referências

- BRINK, David O. *Moral realism and the foundation of ethics*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1989.
- BRINK, David O. Moral Motivation. *In: Ethics*. v. 108, n.1. 1997. p. 4-32.
- BJÖRNSSON, Gunnar; OLINDER, Ragnar. Internalists Beware – We might all be amoralmists! *In: Australasian Journal of Philosophy*. v. 91, n. 1. 2013. p. 1-14.
- BROMWICH, Danielle. Motivational Internalism and the Challenge of Amoralism. *In: European Journal of Philosophy*. v. 24, n. 2. 2016. p. 452-471.
- BEDKE, Matthew S. Moral judgment purposivism: saving internalism from amoralmism. *In: Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*. v. 144, n. 2. 2008. p. 189-209.
- COWIE, Christopher. Revisionist Responses to the Amoralism Objection: A Reply to Julia Markovits. *In: Ethic Theory and Moral Practice*. v. 19, n. 3. p. 711-723.
- EDWARD, Terence R. Joseph Raz on the Problem of the Amoralist. *In: Abstracta*. v. 7, n. 1. 2013. p. 85-93.
- FOOT, Philippa. Morality as a system of hypothetical imperatives. *In: Philosophical Review*. v. 81, n. 3. 1972. p. 305-316.
- MILEVSKI, Voin. The Challenge of Amoralism. *In: Ratio*. 2018. v. 31, n. 2. p. 252-266.
- RAZ, Joseph. *Engaging Reason: On the Theory of Value and Action*. Oxford: Oxford University Press. 1999.
- van ROOJEN, Mark. Moral Rationalism and Rational Amoralism. *In: Ethics*. v. 120, n. 3. 2010. p. 495-525.
- RIDGE, Michael. Internalists Relax: We Can't All Be Amoralists! *In: Philosophia*. v. 47, n. 3. 2018. p. 845-850.

ROSATI, Connie S., Moral Motivation, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/moral-motivation/>>. Acesso em: 15 jun 2019.

SADLER, Brook J. The possibility of Amoralism: A defence against internalism. *In: Philosophy*. v. 78, n. 1. 2003. p. 63-78.

SANDØE, Peter. Amoralism: on the Limits of Moral Thinking. *In: Theoria*. v. 55, n. 3. 1989. p. 191-204.

SMITH, Michael. *The Moral Problem*. Oxford: Blackwell. 1994.

TILLEY, John J. Is “why be moral?” a pseudo-question?: Hesper and Thornton on the amoralist’s challenge. *In: Pacific Philosophical Quarterly*. v. 87, n. 4. 2006. p. 549-566.

WILLIAMS, Bernard. *Moral - Uma introdução à ética*. Trad. Remo Mannarino Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZAVALIY, Andrei G. On Rational Amoralists. *In: Journal for the Theory of Social Behaviour*. v. 42, n. 4. 2012. p. 365-384.

Submetido em: 16/09/2017

Aceito em: 15/12/2019